

Reforma tributária, se aprovada, vai elevar receita dos Estados em 15%

Os 21 secretários estaduais de Fazenda reunidos em Canela, no Rio Grande do Sul, nos últimos dias 7 e 8, fecharam questão em cinco pontos de reforma tributária que, se incluídos no texto final da Constituição, renderão aos Estados, em média, um acréscimo de 15 por cento sobre a receita de impostos. O Rio de Janeiro, com uma previsão de arrecadação em 1987, de aproximadamente CZ\$ 60 bilhões, poderá ser um dos mais beneficiados, com um crescimento real de arrecadação, em 88, superior à média.

O Secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Jorge Hilário de Gouvêa Vieira prefere não fazer previsões. Mas é possível antecipar que o Estado do Rio será um dos que mais sairá ganhando, se for incluída a sugestão de incorporar ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), os Impostos Federais Únicos (incidentes sobre energia elétrica, combustíveis e minerais) e o Imposto sobre Serviços (ISS), hoje de competência dos municípios. Grande produtor de petróleo, o Rio de Janeiro tributaria este produto. Além disso, tem um setor de serviços forte.

Criar um Imposto de Renda Adicional, de 5 por cento sobre os ganhos de capital e sobre a herança é uma das propostas do Secretário de Fazenda do Rio de Janeiro. Tributar os ganhos de capital também é uma idéia do Ministro da Fazenda, Luis Carlos Bresser Pereira. Consultado sobre a possibilidade de bitributação, ou seja, de haver um imposto do Estado e outro da União, Jorge Hilário respondeu que é possível, desde que haja capacidade contributiva.

A idéia não chegou a ser discutida pelos secretários, porque havia divergências quanto à sua inclusão ou não no documento a ser encaminhado hoje ao Ministro da Fazenda, Luis Carlos Bresser Pereira e ao Presidente do Senado, Humberto Lucena.

Na terça-feira, os assessores dos secretários de Fazenda se reunirão

em Brasília, para estudar as sugestões de emendas a serem apresentadas aos Governadores e suas respectivas bancadas, e depois encaminhadas ao Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, antes do próximo dia 13, que é o prazo para a entrega de emendas.

Como informou Jorge Hilário, ficou clara a posição geral da necessidade de fortalecimento do princípio federativo, que passa pela autonomia financeira dos estados.

Entre os principais pontos de concordância está a proposta de redistribuição da receita do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), através da ampliação dos percentuais no Fundo de Participação dos Estados e Municípios. A União hoje fica com 50 por cento do que é arrecadado. No caso do FPE, informou, os secretários reivindicam um aumento de participação de aproximadamente 14 por cento para cerca de 20 por cento.

Outra reivindicação é a ampliação da base de incidência do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM), pela incorporação da prestação de serviços, que passaria a ser competência do Estado. Em contrapartida, os Municípios criariam o

Imposto sobre a Venda no Varejo e teriam ampliada sua participação no fundo repassado pelos Estados. Querem, também, a incorporação à base de incidência do ICM dos Impostos Federais Únicos e dos Impostos Sobre Transportes e Comunicações.

Jorge Hilário informou que os Estados querem ganhar autonomia para fixar as alíquotas de ICM, que é de 17 por cento e não pode ser progressivo. Nesse caso, há possibilidade de fixação de ICMs diversificados por Estados. Há, ainda, a proposta de instituição do Fundo de Ressarcimento aos Estados Exportadores, que compensaria as eventuais diferenças na cobrança de ICM, nas exportações interestaduais.



TÍTULOS ESTADUAIS

Déficit do Rio é de CZ\$ 37,8 bilhões

O Secretário Estadual de Fazenda Jorge Hilário Gouvêa Vieira, criticou, ontem, as limitações impostas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) à rolagem das dívidas dos Estados e emissão de títulos. O Rio de Janeiro tem um déficit de 100 milhões de Obrigações do Tesouro estadual (OTRJ), equivalente a CZ\$ 37,8 bilhões.

O Estado, no entanto, só foi autorizado a emitir títulos no valor de 23 milhões de OTRJ (CZ\$ 8,7 bilhões) em agosto e de 22 milhões de OTRJ (CZ\$ 8,3 bilhões) em outubro, sendo que a taxa de juros para rolagem de débitos por antecipação de receita é de 16,5 por cento ao ano, para dívidas vencidas no primeiro semestre, mais a variação da LBC, que segundo o Secretário de Fazenda, Jorge Hilário de Gouvêa Vieira, estão acima do mercado.

Mesmo assim o Estado pretende rolar parte dos débitos por antecipação de receita que tem junto ao Banerj, de CZ\$ 2,3 bilhões e ao Banco do Brasil, de CZ\$ 800 milhões.

A rolagem possibilitará uma folga até o próximo ano, quando deve entrar em vigor as novas normas constitucionais que permitirão o aumento da arrecadação, e reduzirá os encargos financeiros, já que a dívida junto ao Banerj é remunerada à variação da Letra do Banco Central (LBC) mais 30 por cento ao ano. Mas a rolagem e a emissão autorizada não são suficientes. Somente para a conclusão de 77 dos 144 Cieps inacabados, será preciso emitir títulos no valor de 10 milhões de OTNs (CZ\$ 6,8 bilhões).

Governadores vão pressionar juntos na Constituinte

PORTO ALEGRE — A partir dos entendimentos obtidos na reunião dos Secretários de Fazenda de todo o País no fim de semana, em Canela, cidade da serra gaúcha, os Governadores vão organizar seu poder de pressão junto aos constituintes para aprovar uma reforma tributária que diminua o poder da União na arrecadação de impostos. Conseguindo reduzir suas divergências a um mínimo, os secretários conseguiram definir a estratégia com que vão enfrentar o poder de fogo do Governo Federal, que já reclama do corte de 26 por cento na sua parte do bolo

tributário nacional.

Na carta de Canela, os Secretários exigem que o novo Sistema Tributário entre em vigor, "no máximo até primeiro de julho de 88". "Foi surpreendente para todos nós descobrirmos que temos muito mais pontos em comum do que divergências", espantou-se o Secretário de Minas Gerais, João Batista de Abreu. Essa descoberta teve um ponto fundamental: para os Estados mais desenvolvidos o Fundo de Participação dos Estados tem pouca ou nenhuma importância, enquanto para os Estados do norte e nordeste ele é essen-

cial.

Se a troca de apoio por reivindicações específicas ajudou a unidade entre os Estados, foi a necessidade política de união para enfrentar o Governo Federal que permitiu o consenso. Entre os Secretários havia divisão sobre a motivação do Governo Federal em manter a atual divisão tributária: uns acreditam que a União quer manter o centralismo para ter controle político sobre Governadores e Prefeitos, enquanto outros preferiam a justificativa técnica de que, pelo atual modelo, é mais fácil controlar o déficit público.

"O Governo Federal depende muito do apoio dos Governadores e terá que se submeter ao atual projeto da Comissão de Sistematização e a alguns avanços mais", previu o Secretário paulista, José Machado Campos Filho. Na sua opinião, o Governo tem que se preocupar em melhorar a máquina fiscalizadora e acabar com privilégios do Imposto de Renda. "A carga tributária líquida é relativamente baixa, mas deve haver uma melhor distribuição, cobrando de quem pode mais", definiu o Secretário do Amazonas, Ozias Monteiro Rodrigues.

Propostas dos Secretários da Fazenda são criticadas

BRASÍLIA — O Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) alertou ontem para o fato de as reivindicações de diversos setores da sociedade à Constituinte se detenham a detalhes que cabem muito mais numa legislação ordinária que na Constituição. Ele se referiu especialmente ao fato de os Secretários de Fazenda in-

sistirem na necessidade de ficarem estabelecidos na Constituição percentuais fixos de partilha do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. O Deputado acha que os Secretários deveriam se interessar em adotar um sistema que permitisse a elevação da arrecadação tributária através de um maior combate à sonegação fiscal.